



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
Estado de São Paulo

Ofício nº 597/2021-GB

Ref. Mensagem de Projeto Lei

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência e a seus Nobres Pares o incluso Projeto de Lei que tem por objetivo dar nova redação a Lei Complementar 318, de 21 de dezembro, aprovada em 2020, proporcionando maior justiça tributária aos moradores da cidade de Itaquaquecetuba.

A nova proposta beneficiará ainda mais os contribuintes com a isenção da Taxa de Coleta de Lixo, bem como os beneficiários da Tarifa Social de Conta de Água.

Certo de poder contar com o espírito público desta Colenda Casa de Leis, esperamos contar com a participação dos nobres Vereadores no acolhimento do Projeto em tela para que seja apreciado, discutido e aprovado na íntegra.

Deste modo, certo de sua compreensão e aprovação, subscrevo-me.

EDUARDO BOIGUES QUEROZ
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Elza Yuko Nishio
Oficial Administrativo

Uz
15/02/2021

15:20h



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 332 DE 15 DE julho DE 2021.

**DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI
COMPLEMENTAR N.º 318, DE 21 DE
DEZEMBRO DE 2020, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

EDUARDO BOIGUES QUEROZ, Prefeito do Município de Itaquaquecetuba, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 43, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

Faz saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 318, de 21 de dezembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica instituída no âmbito do Município de Itaquaquecetuba, a Taxa de Custeio Ambiental – TCA.

Art. 2º A Taxa de Custeio Ambiental – TCA tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços divisíveis de coleta, remoção, transporte e destinação final de resíduos, de fruição obrigatória, em regime público.

§ 1º A utilização efetiva ou potencial de que trata esse artigo ocorre no momento de sua colocação a disposição dos usuários para fruição.

§ 2º O fato gerador da Taxa de Custeio Ambiental – TCA ocorre no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro.

Art. 3º A Taxa de Custeio Ambiental – TCA tem incidência mensal no último dia de cada mês.

Parágrafo único. O Secretário Municipal da Raccita poderá alterar, por ato normativo, o dia da incidência da Taxa em questão.

Art. 4º A base de cálculo da Taxa de Custeio Ambiental – TCA é o equivalente ao custo do serviço destinado ao seu custeio.

§ 1º Para os efeitos do disposto no **caput** desse artigo, o custo do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbano compreenderá as atividades administrativas de gerenciamento e as atividades operacionais de coleta, remoção, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos domiciliares ou equiparados observando o disposto no inciso X, do art. 3º, da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 – Plano Nacional de Resíduos Sólidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
Estado de São Paulo

§ 2º A composição e o cálculo do custo dos serviços referidos no parágrafo primeiro deste artigo observarão as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.

§ 3º A base de cálculo a que se refere o **caput** deste artigo será ratiada entre os imóveis, edificados ou não, nos termos dos Anexos I, II, III, IV e V, desta Lei Complementar.

§ 4º As unidades imobiliárias que não possuam fornecimento de água da concessionária de saneamento básico e em imóveis tributados pelo Imposto Territorial Rural – ITR, em que haja a disponibilidade do sistema de coleta, remoção, transporte e destinação final de resíduos sólidos, a base de cálculo para cobrança da TCA, será aplicada nos termos do Anexo V, desta Lei Complementar.

Art. 5º O sujeito passivo da Taxa de Custeio Ambiental é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel edificado ou não, atendido pelo serviço de coleta, remoção, transporte e destinação final de resíduos.

Art. 6º Aplica-se aos sujeitos ativo e passivo da TCA, no que couber, as disposições do Código Tributário do Município de Itaquaquecetuba, instituído pela Lei Complementar nº 40, de 23 dezembro de 1998.

Art. 7º A Taxa de Custeio Ambiental - TCA será lançada de ofício, pela Autoridade Tributária, de acordo com os dados constantes dos seus respectivos Cadastros Imobiliários, nos termos dos Anexos I, II, III, IV e V, desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O sujeito passivo da TCA que não concordar com o valor lançado poderá impugná-lo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação de lançamento, por meio de recurso protocolado no departamento competente, devidamente motivado, fundamentando suas alegações por documentos, sob pena do mesmo não ser processado, recebido ou conhecido.

Art. 8º Fica atribuída responsabilidade à empresa concessionária de serviço público de saneamento, para a arrecadação da TCA, junto aos seus consumidores, que deverá ser lançada, para o pagamento juntamente na fatura mensal de água, sendo o valor integral do tributo depositado, na conta do Tesouro Municipal, especificamente designada para tal fim.

§ 1º O prazo para o pagamento do custeio é o mesmo do vencimento da fatura do consumo de água de cada unidade consumidora.

§ 2º Independente da forma de cobrança adotada, a TCA deve ser lançada e registrada individualmente em nome do respectivo contribuinte, no sistema de gestão tributária.

Art. 9º Na hipótese de inadimplência da TCA, a Autoridade Tributária adotará as providências previstas no art. 401, do Código Tributário Municipal de Itaquaquecetuba.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
Estado de São Paulo

Art. 10. O Secretário Municipal da Receita poderá, através de Instrução Normativa, disciplinar a aplicabilidade desta Lei Complementar.

Art. 11. Não se incluem nas disposições deste Lei Complementar, a prestação dos serviços de varrição de vias e logradouros públicos, remoção de lixo e resíduos sólidos de serviços de saúde, e resíduos industriais, que serão objeto de legislação própria.

Art. 12. Revogado.

Art. 13. Revogado.”

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei Complementar entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2022, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA, em 15 de julho de 2021, 460º da Fundação da Cidade e 67º da Emancipação Político-Administrativa do Município.

EDUARDO BOIGUES QUEROZ

Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
Estado de São Paulo

ANEXO I

**Imóveis Edificados de Uso Residencial enquadrados pela SABESP na
"Tarifa Social de Conta de Água"**

Tributação: Não Incidência

ANEXO II

**Imóveis Edificados de Uso Residencial enquadrados nas seguintes faixas
de consumo:**

Até 20m³ - R\$ 8,50 (por unidade/mês)

De 21 a 50m³ - R\$ 10,50 (por unidade/mês)

Acima de 51m³ - R\$ 15,00 (por unidade/mês)

ANEXO III

**Imóveis Edificados de Uso Comercial enquadrados nas seguintes faixas de
consumo:**

Até 100m³ - R\$ 19,90 (por unidade/mês)

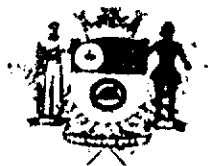
Acima de 101m³ - R\$ 199,90 (por unidade/mês)

ANEXO IV

Imóveis Edificados de Uso Industrial:

Até 200m³ - R\$ 399,00 (por unidade/mês)

Acima de 201m³ - R\$ 499,00 (por unidade/mês)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
Estado de São Paulo

ANEXO V

Imóveis não Edificados (terrenos) tributados por metro quadrado (m²):

Até 1000m² - R\$ 99,90 (por metro quadrado/mês)

Acima de 1001m² - R\$ 199,90 (por metro quadrado/mês)